Para uma crítica ao marxismo elitista

Danilo Enrico Martuscelli[*]

1. Introdução

Esta comunicação visa discutir dois pontos fundamentais: a) a apropriação que certos autores ligados à tradição marxista fizeram de noções legadas pela teoria das elites; b) os limites teóricos desta apropriação para a análise dos processos políticos contemporâneos. Vejamos.

Em linhas gerais, poderíamos afirmar que as noções de minoria politicamente ativa ou elite, presente na teoria das elites, e de minoria politicamente dominante ou classe dominante, freqüentemente utilizada pelos teóricos marxistas, possuem aparentemente um forte grau de parentesco. No entanto, consideramos inoportuno tomá-las de maneira isolada, sem antes apreender o modo como tais noções se articulam com os demais conceitos das problemáticas teóricas específicas da qual fazem parte. Se procedermos dessa maneira, poderemos chegar à conclusão de que o parentesco entre essas noções é apenas longínquo por quatro motivos principais[1]: a) a teoria das elites define a existência da "minoria politicamente ativa" como um "fenômeno universal, permanente e eterno", enquanto que a teoria política marxista caracteriza a "minoria politicamente dominante" como um "fato histórico", cuja existência é permanente apenas nas sociedades de classe; b) a teoria política marxista correlaciona a dominação econômica de classe e o exercício do poder político, ou seja, para o marxismo, a posse do poder econômico deriva da posse do poder político, e vice-versa, tese que é negada pela teoria das elites; c) decorrente desse motivo, é possível afirmar que enquanto o marxismo define a classe dominante como a classe que simultaneamente exerce os poderes econômico e político, o elitismo parte do pressuposto segundo o qual pode haver uma classe dirigente que detém o poder político, ao mesmo tempo que classes proprietárias que detêm o poder econômico; d) o marxismo define a luta de classe como o elemento propulsor das transformações sociais, ou melhor, como o "motor da história". Nessa perspectiva, não há lugar para a idéia de que as formas

[*] Doutorando em Ciência Política (Unicamp). Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br

[1] Os dois primeiros motivos elencados foram extraídos das reflexões de Saes (1994).

de exercício de poder e submissão a ele sejam as mesmas em todos modos de produção. Já o elitismo parte da tese do ciclo permanente de existência das elites, para compreender a sua aparição, dominação, degeneração e queda, sustentando que os conflitos existentes nas sociedades humanas são exclusivamente intra-elites, uma vez que a massa é sempre irracional e não tem condições de tomar decisões em matéria de política.

Embora o parentesco entre a teoria das elites e a teoria política marxista seja longínquo, parece que a conjuntura teórica e política de meados do século XX semeou elementos para uma "fusão", ainda que limitada e provida de contradições, desses dois campos teóricos. Como não cabe aqui explorar todas variáveis de aproximação da teoria política marxista com a teoria das elites, julgamos ser procedente tomar como referência algumas análises que não só permitiram essa junção (a renovação do elitismo), como também a sua realização efetiva (o marxismo elitista).

2. O elitismo renovado

Grosso modo, é possível afirmar que a renovação da teoria das elites foi possibilitada, salvo engano, pela publicação da obra *The power elite*, de Wright Mills (1959). O que diferencia a análise de Mills da elaborada pelo elitismo tradicional ou clássico é a tese segundo a qual a existência de uma "minoria politicamente ativa" é um fato histórico e não propriamente um fenômeno trans-histórico. Segundo Mills, a partir dos anos de 1930 teria ocorrido um processo de transformação do público em massa, o que fez com que a opinião pública deixasse de ter poder ativo de decisão na sociedade, que passara a se concentrar nas mãos de uma minoria, de uma elite.

Analisando a sociedade estadunidense, Mills (1959) observa que houve um processo crescente de concentração e centralização de poder na cúpula de três domínios principais: o econômico (os chefes das grandes empresas), o militar (os senhores de guerra, ou melhor, o alto escalão militar) e o político (ocupantes dos altos postos de comando do governo). Os ocupantes de tais postos seriam aqueles que tomariam as decisões mais importantes na sociedade e que seriam, portanto, os responsáveis maiores pelos "destinos dos homens".

Para Mills (1959), embora esses três domínios configurem três esferas autônomas de poder, os ocupantes do alto escalão de tais domínios têm em comum: a origem social, a carreira e os critérios de admissão, a promoção, o louvor e a honra, o que possibilitaria a formação de uma unidade de interesses entre eles e, portanto, a constituição de uma elite unificada ou elite do poder.

Na caracterização que faz da elite do poder, poderíamos indicar que o limite da análise de Mills é que ela apenas informa o modo como são tomadas as decisões mais importantes e os responsáveis pelas mesmas, nada dizendo, portanto, sobre o conteúdo de tais decisões.

Para resumir, compreendemos que tanto a tese da relação elite/massa como um fato histórico, quanto a idéia de que o poder político é autônomo em relação ao poder econômico são elementos importantes presentes na análise de Mills que permitem a apropriação do elitismo renovado pelo marxismo com inspiração na teoria das elites ou "marxismo elitista".

3. O marxismo elitista

É possível dizer que um dos aspectos essenciais do que denominamos por marxismo elitista é a tese segundo a qual as noções de elite e classe dominante são complementares e, não necessariamente excludentes. Cabe observar, no entanto, que o sentido atribuído a esta idéia de complementaridade não é o mesmo para todos os autores que se enquadram nessa perspectiva teórica. Enquanto Bottomore (1974) indica que as duas noções podem ser aplicadas, conjuntamente ou em separado, dependendo da sociedade concreta em questão, Miliband (1972, 1999) sustenta que a aplicação de ambos os conceitos é necessária, não sendo possível, portanto, dissociá-las e adequá-las a situações históricas particulares. Vejamos.

Na análise de Bottomore (1974, p. 15), a noção geral de elite designa os grupos funcionais ocupacionais que "possuem um status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade". Os grupos ocupacionais que o autor dá destaque são os seguintes: intelectuais, gerentes de indústria e altos funcionários do governo. Bottomore (1974; 1978) considera que nenhuma dessas três elites pode atingir a condição de elite governante pelo

fato de estes grupos não deterem poder político e sim a condição de restringir de algum modo o poder dos grupos dirigentes da sociedade.

Na visão de Bottomore, é a noção de elite política ou governante que melhor explicaria o poder nos processos políticos contemporâneos, o que o leva a considerar a noção de classe dominante um tanto quanto problemática para este intento. Aqui nos defrontamos com uma das teses caras à teoria das elites segundo a qual as classes ou elites governantes são aquelas que detêm poder político, enquanto as classes dominantes detêm poder econômico. Nessa abordagem, o poder político e o poder econômico são concebidos de modo separado.

Para o autor, o conceito de classe dominante só se adequaria plenamente a dois tipos de sociedade: o feudalismo europeu no qual havia uma classe guerreira que detinha a posse da terra, da força militar e da autoridade pública de uma poderosa Igreja; e os primórdios do capitalismo nos quais a ascensão da burguesia na esfera econômica se deu concomitante à aquisição de novas posições de poder e prestígio na sociedade.

No desenvolvimento das sociedades capitalistas, o uso da noção de classe dominante perderia força, pois a burguesia não seria tão coesa como teria sido num momento inicial, ou como fora a nobreza feudal. Segundo ele, haveria dois elementos centrais que explicariam essa falta de coesão ou desvio desta noção: 1) a classe dominante nas sociedades capitalistas goza de poder econômico, mas não de um poder sem contestações e irrestrito que lhe permita manter seus direitos de propriedade ou transmiti-los intactos de geração à geração; 2) o modelo classe dominante-classes dominadas pode perder sentido quando um grupo que detém poder na sociedade não se constituir como classe: exemplo, camada de intelectuais, burocratas e chefes de partidos políticos.

Na obra *O Estado na sociedade capitalista*, Miliband polemiza com a tese segundo a qual os proprietários e administradores podem ser concebidos como uma nova classe, sustentando que a despeito do crescimento da separação entre propriedade e controle nas grandes companhias, isso não significou a formação de uma força social distinta e autônoma. Como salienta Miliband (1972, p. 54): “O administrativismo significa que os elementos mais importantes da propriedade capitalista cresceram demasiado para ao mesmo tempo permanecerem e serem controlados pelos empresários proprietários”, ou melhor, esse fenômeno marca sim uma fase de transição, mas que não ultrapassa os marcos

do capitalismo. Nesse sentido, os objetivos dos executivos ou administradores não vão além da preservação e fortalecimento da propriedade privada, do controle dos recursos disponíveis da sociedade, e, conseqüentemente, da ampliação dos lucros resultados de um ou de outro.

No entanto, Miliband chama a atenção para o fato de existir uma pluralidade de elites econômicas que constituem grupos e interesses distintos nas sociedades capitalistas avançadas, podendo em grande medida interferir no processo político. Para ele, as elites econômicas, "graças à propriedade ou ao controle ou a ambos, comandam muitos dos setores mais importantes da vida econômica" (MILIBAND, 1972, p. 27-28) e integram a classe dominante, que é "caracterizada por um elevado grau de coesão e solidariedade, com interesses e objetivos comuns que transcendem bastante suas diferenças específicas e suas discordâncias" (Ibidem, p. 66).

No pequeno ensaio intitulado "Análise de classes", Miliband faz uma apresentação um pouco mais detalhada e sistemática do que entende por elites e classe dominante e as relações que há entre essas duas noções. Miliband sustenta que a classe dominante não pode ser definida em termos de propriedade dos meios de produção, mas sim a partir do controle efetivo que possui sobre três fontes principais de dominação: "os meios de produção (incluindo a propriedade), os meios de administração e coerção do Estado e os principais meios para estabelecer a comunicação e o consenso", formando o que ele chama de estrutura de dominação.

Miliband parece situar no mesmo nível de análise a teoria das classes sociais e a teoria estratificação social quando se refere aos membros da classe dominante, que, segundo ele, encontram-se divididos em duas camadas: a elite do poder e a burguesia. Vejamos.

Em decorrência da separação institucional do poder econômico e do poder estatal nas sociedades capitalistas avançadas, de acordo com Miliband (1999), a elite do poder passou a ser constituída por duas dimensões principais: por aqueles que controlam grandes empresas industriais financeiras e comerciais e dos meios de comunicação do setor privado; e os que assumem posições de comando do sistema estatal. Enquanto a outra "camada", a burguesia, numericamente maior, apresentaria duas distintas sub-camadas: a comercial e a profissional.

Na visão de Miliband, a distinção entre a “camada burguesia” e a “camada elite do poder” da classe dominante se dá em virtude de a burguesia “não ter nada que possa ser chamado de seu poder” (MILIBAND, 1999, p. 479), apesar de exercer poder em diversas esferas sociais. Isso denota que a “camada elite do poder” diferente da “camada burguesia” traduz um significado análogo à noção de minoria politicamente ativa ou classe política, presente na teoria das elites, o que resulta na identificação de um sujeito de poder. Nessa definição, os poderes político e econômico são desconectados um do outro, o que faz Miliband se aproximar da tese elitista da disjunção de poderes.

O autor considera que essas duas camadas se distinguem do restante da sociedade por conta de seus membros deterem uma riqueza pessoal desproporcional nas sociedades capitalistas avançadas. Assim, a classe dominante é definida em termos das posições elevadas que os agentes ocupam nas esferas política e econômica e da escala altíssima de renda que os mesmos detêm em virtude de tais posições.

Dentro dessa perspectiva, é possível dizer que a concepção de classe dominante formulada por Miliband está mais diretamente ligada à problemática da estratificação social. As idéias de riqueza pessoal, rendimento, ocupação, relações inter-pessoais, recrutamento são alguns dos indicadores dessa problemática que aparecem não só nos textos de Miliband, mas também nos textos de Mills e Bottomore.

Tratemos de explicitar e sintetizar os nossos pontos de desacordo com o que denominamos constituir o marxismo elitista.

4. O marxismo não é um elitismo

Para Poulantzas, a problemática das elites dissolve os conceitos de classes sociais, Estado, e a relação entre ambos, na idéia de relações inter-pessoais dos indivíduos, resultando naquilo que o autor denominou de “problemática do sujeito”. Nesta problemática, “os agentes de uma formação social, ‘os homens’, são considerados não como os ‘suportes’ de instâncias objetivas (como para Marx), mas sim como o princípio genético dos níveis do todo social” (POULANTZAS, 1975, p. 14). Assim, em vez de analisar a distribuição dos agentes em classes sociais e suas contradições a partir de “coordenadas objetivas”, a “problemática do sujeito” atém-se a “explicações *finalistas*

fundadas nas *motivações do comportamento* dos atores individuais" (POULANTZAS, 1975, p. 14).

O conjunto articulado de conceitos, desenvolvidos ou aplicados por Poulantzas (1971), permite à sua análise superar a concepção economicista de classe social e, em decorrência, a análise binária das classes sociais. Isso significa que não só o nível econômico exerce um papel importante na definição das classes, mas também os níveis político e ideológicos que, por sua vez, não podem ser tomados como simples epifenômenos do econômico. Essa caracterização das classes sociais permite a Poulantzas discutir os fracionamentos os mais variados no interior da burguesia. Cabe destacar, no entanto, que uma fundamentação do fracionamento da classe dominante nem sempre encontra-se bem explicitada na análise de Poulantzas. Aqui podemos indicar que em seus escritos há duas explicações principais para o fracionamento da burguesia: a primeira diz respeito ao fato de haver nas sociedades complexas uma diversificação de atividades econômicas, a segunda aos efeitos da estrutura jurídico-política que induzem os setores sociais especializados em determinadas atividades econômicas a se agregarem em uma ação política.

A idéia de fracionamento de classe faz com que Poulantzas recuse a caracterização da classe social como um todo homogêneo. No entanto, é o conceito de bloco no poder que permite à análise poulantziana superar essa visão que, no estudo da classe burguesa, não estabelece nenhum tipo de hierarquização entre as frações desta classe. Este conceito permite entrever que apesar de a classe dominante, a burguesia, possuir um interesse geral comum, a saber, a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria, esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a dominância de uma das frações sobre as demais, constituindo, assim, a fração hegemônica.

É importante ressaltar, como observa Poulantzas, que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder não corresponde necessariamente à classe detentora do aparelho de Estado, em que se recruta os membros da alta cúpula do Estado. Operando com essa distinção entre fração hegemônica e classe detentora do Estado, o autor desmistifica a visão

elitista acerca dos grupos que detém poder nas sociedades capitalistas, à medida que indica que a correspondência existente entre os interesses da fração hegemônica e a política estatal não está fundada na ocupação dos altos postos de comando no aparelho de Estado, ou melhor, a classe só se configura como dominante se seu interesse político geral for garantido pelo Estado.

Para finalizar, a análise acerca da contribuição de Poulantzas para a teoria das classes sociais, talvez fosse interessante discutir a tese, elaborada por ele, segundo a qual uma classe pode ser economicamente dominante sem ser, no entanto, politicamente dominante. Saes (1994a, p.18) observa que, com essa tese, Poulantzas abandona a idéia de "causação recíproca" entre o poder econômico e poder político, ou seja, deixa de propor uma idéia central presente na obra *Poder político e classes sociais*: "a cumulatividade (sem determinação) das condições de classe economicamente dominante e de classe politicamente dominante".

Polemizando com esta crítica levantada por Saes, poderíamos indagar se Poulantzas, quando se refere a essa disjunção, está tratando do funcionamento reprodutivo de uma sociedade capitalista, como vem a sugerir a crítica, ou de uma sociedade de transição, na qual, segundo Poulantzas, ocorre um "equilíbrio de modos de produção". Consideramos que Poulantzas tende a aplicar a idéia de disjunção de classe economicamente dominante e classe politicamente dominante às sociedades de transição do feudalismo para o capitalismo.

Não é nosso interesse aqui discutir a relação entre poder político e poder econômico na transição do feudalismo para o capitalismo ou na transição em geral de um modo de produção para outro, ou ainda, não é o objetivo de nosso trabalho discutir a lógica de transição. A nossa intenção principal é discutir a relação entre poder político e poder econômico segundo a lógica de reprodução capitalista. Neste caso, é preciso destacar, ainda que de modo indicativo, que a despeito de a correlação entre o poder econômico e o poder político ser um dos elementos centrais para se entender essa reprodução, isso não significa que esta lógica não comporte *situações excepcionais* nos quais possa haver uma defasagem entre os dois poderes, em um breve período, cuja tendência seja a de restabelecer a cumulatividade dos poderes econômico e político, ou seja, situações como essas se diferem bastante daquelas em que o bloco no poder possui maior coesão interna e durabilidade.

Cabe observar que, na análise poulantziana, o problema das situações excepcionais não é tratado de modo sistemático. Isso nos leva à tarefa de tentar articular o que aparece de forma fragmentada em sua obra. Assim, poderíamos indicar duas situações excepcionais em que se configuram a defasagem entre os poderes político e econômico: a) a primeira situação refere-se à *conjuntura de instauração de uma nova hegemonia política*, na qual a nova força hegemônica ainda não detém a preponderância econômica. Nesse caso, essa força hegemônica fará uso de sua hegemonia política para conquistar a prevalência econômica. Numa conjuntura como esta, abre-se a possibilidade de frações menos poderosas da classe dominante exercerem, por um breve tempo, a hegemonia política do bloco no poder[2]; b) a segunda situação diz respeito à *conjuntura de crise hegemônica*, na qual a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política, que passa a ser exercida sob a forma de condomínio entre as várias frações da classe dominante, configurando o que poderíamos denominar, de acordo com Poulantzas (1972b), de "instabilidade hegemônica" e, num momento posterior, uma etapa de "incapacidade hegemônica" em sentido estrito, ou seja, configura-se a situação na qual nenhuma classe ou fração hegemônica economicamente consegue impor a sua hegemonia política às outras classes e frações que compõem o bloco no poder[3].

Resumindo, sustentamos que ao centrar a análise nos interesses sociais que são priorizados pela política estatal como forma de identificar as classes sociais que ocupam o lugar dominante na sociedade capitalista, Poulantzas releva três aspectos fundamentais negligenciados pela teoria das elites e, de modo ambíguo, pelo marxismo elitista: a) *o conteúdo das chamadas decisões mais importantes*, isto é, o que define uma classe como dominante é a sua capacidade de realizar seus interesses específicos, e não a ocupação de altos cargos; b) a *não existência do sujeito de poder ou classe governante*, o que significa que nenhuma classe ou fração de classe pode ter todos seus interesses imediatos integralmente contemplados. Se assim fosse, não faria sentido tratar o Estado como organizador da unidade da luta política da burguesia, uma vez que ou não haveria fissuras intestinas entre as frações desta classe, ou, o que é correspondente, a burguesia seria concebida como um todo monolítico; c) *a correlação entre poder político e poder*

[2] Sobre isso, ver: SAES, 2001, p. 161-162.
[3] Ver, em especial, a parte III do livro Fascismo e Ditadura.

econômico, lembrando que a defasagem entre um e outro só ocorre em situações excepcionais, que colocam em xeque, por um breve período, a coesão interna e duradoura do bloco no poder.

Referências bibliográficas:

BOTTOMORE, Tom B. A elite administrativa. In: *As classes na sociedade moderna* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Zahar, [1965] 1978.

BOTTOMORE, Tom. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 1974.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, [1987] 1999.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, [1969] 1972.

MILLS, Charles Wright. *The power elite*. New York: Oxford University Press, [1956] 1959.

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: POULANTZAS, Nicos; MILIBAND, Ralph. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, [1969] 1975.

POULANTZAS, Nicos. Les classes sociales. *L'homme et la societé*, Paris, n. 24-25, 1972a.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*: a III Internacional face ao fascismo (vol. 1). Porto: Portucalense Editora, 1972b.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais* (vol. I). Porto: Portucalense Editora, [1968] 1971.

SAES, Décio. Estado e classe dominante. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 12, 2001.

SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, 1994.

SWEEZY, Paul. Elite do poder, ou classe dominante? [1956]. In: *Ensaios sobre o capitalismo e o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965a.

SWEEZY, Paul. A classe dominante norte-americana [1951]. In: *Ensaios sobre o capitalismo e o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965b.